

“ NOSSA PROPOSTA É EXTINGUIR
AS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
E IMPLANTAR SUBPREFEITURAS, QUE TERÃO
AUTONOMIA FINANCEIRA E POLÍTICA ”

“ VOU REDUZIR AS ALÍQUOTAS DO ISS
PARA TRAZER EMPRESAS DE VOLTA ”

“ VAMOS ACABAR COM O PAS
E IMPLANTAR A GESTÃO PLENA DO SUS ”

LUIZA ERUNDINA

Secretária de Educação em Campina Grande aos 24 anos, fez mestrado de Sociologia e Política na USP. Em 1982 elegeu-se vereadora em São Paulo pelo PT e, quatro anos depois, deputada estadual. Também pelo PT, foi prefeita da Capital de 1988 a 1992. Foi secretária da Administração Federal do governo Itamar (1993). Elegeu-se deputada federal em 1998, pelo PSB.



Planejamento, Administração e Finanças

1. Arrecadação tributária. Nosso objetivo é ampliar a arrecadação do município, atraindo empresas que fugiram da cidade ou sonegam impostos por achá-los altos. A idéia é reduzir as alíquotas de ISS, que são de 5% na Capital e 0,5% em cidades vizinhas, para trazer essa gente de volta. Estaremos diminuindo as alíquotas e aumentando a base de arrecadação, combatendo assim a sonegação que hoje é grande. É melhor porque mais gente contribui e não pesa tanto no bolso do contribuinte. Um plano minucioso de incentivos fiscais deverá estimular a atividade econômica do município. Assim, empresas que não agridam o meio ambiente, por exemplo, teriam alíquotas de ISS e IPTU menores. Ou, ainda, aquela que oferecer vagas para o primeiro emprego também terá redução de impostos.

2. Combate à sonegação fiscal. Reduzindo as alíquotas, através da reforma fiscal, e dando incentivos às empresas que criarem vagas para o primeiro emprego. Também está prevista uma política de fiscalização e controle da arrecadação.

3. a) Subprefeituras. Vêm ao encontro de nossas propostas. A nossa proposta é revolucionar a gestão da cidade (acabam as Administrações Regionais) com a implantação das Subprefeituras e a eleição de um Conselho de Representantes no âmbito de cada Subprefeitura, que terá autonomia orçamentária, financeira, administrativa e política. Isso é um dispositivo da Lei Orgânica que completou 10 anos este ano. A escolha do subprefeito será de comum acordo entre a prefeita e o Conselho de Representantes, eleito diretamente, e que indicará numa lista tríplex os nomes para que eu escolha, entre eles, quem vai governar uma determinada Subprefeitura. Essa é a principal idéia-força da nossa proposta.

b) Instância metropolitana de governo. Entendemos que parte das soluções para os problemas de São Paulo passa, necessariamente, por ações de governo empreendidas conjuntamente com os municípios do entorno da Capital. Por isso, vamos propor a criação do Fórum de Ação Pública Intermunicipal, que será o centro de análise, discussão e decisão para as questões da Região Metropolitana e da Grande São Paulo. O Fórum será o mecanismo que permitirá a integração das políticas intermunicipais de longo alcance.

Saúde Pública

1. a) Formulação das políticas. As principais diretrizes propostas pela Coligação São Paulo Somos Nós são as seguintes: organizar e implantar o Sistema Municipal de Saúde, com base nos princípios e diretrizes do SUS; descentralizar a gestão, as ações e os serviços de Saúde, através dos distritos sanitários e consórcio intermunicipal; assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de Saúde a todas as pessoas, sem discriminação de sexo, raça ou cor; garantir o atendimento integral, com prioridade para as ações preventivas, sem prejuízo das ações assistenciais e com participação da comunidade; fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, garantindo o direito dos cidadãos na elaboração da Política Municipal de Saúde; estabelecer um pacto de gestão com os governos federal e estadual e prestadores de serviços, filantrópicos ou lucrativos, definindo responsabilidades e pactuando a atenção à Saúde de forma regionalizada e hierarquizada; definir um modelo de gestão e atenção à Saúde com base nas famílias, comunidades e orientado por ações intersetoriais.

b) PSF-Qualis. O Programa Saúde da Família será uma das principais ações da nossa gestão à frente da administração municipal.

c) Percentual do orçamento. Vamos destinar o máximo possível para o setor que é prioritário. Hoje, são cerca de R\$ 600 milhões por ano para as cooperativas. Além disso, teremos os recursos do SUS, cerca de R\$ 400 milhões, que não estão vindo para o município por conta do modelo de gestão atual, o PAS. Os recursos também virão com a opção pelo modelo de atenção básica e o Programa de Saúde da Família. O PAS é um sistema dissociado da política nacional de saúde, o que trouxe sérios prejuízos à municipalidade. Por isso será extinto.

d) Cargos. Buscaremos os profissionais da área da Saúde que foram removidos para as outras secretarias e, certamente, teremos de completar os quadros com novas contratações. Quanto às condições de trabalho, teremos de partir da análise das condições dos serviços de saúde e dos equipamentos que estão sob o gerenciamento das cooperativas, para propormos uma recomposição das condições mínimas. A finalidade é garantir um atendimento de qualidade.

2. a) Gerenciamento compartilhado dos hospitais; b) conselhos regionais de saúde. Vêm ao encontro dos nos-

tos planos para a gestão da saúde na Capital, descentralizada e com a participação da comunidade. Entendemos que essa é a forma mais adequada para aproximarmos o governo dos cidadãos, propiciando maior controle sobre ele, repartindo o ato de administrar com as comunidades, por meio de suas representações, organizações e lideranças.

3. PAS x SUS. Vamos acabar com o PAS e implantar a gestão plena do Sistema Único de Saúde, o SUS, que na nossa opinião é a reforma mais avançada que o país já fez na área da saúde. A única vantagem do PAS é pagar melhor seus funcionários, mas isso uma política pública de saúde pode fazer, sem as desvantagens do PAS, que é a privatização da saúde com o dinheiro público e sem nenhum controle público. Os desvios ocorridos na compra de medicamentos se devem ao fato de não haver processo licitatório, com controle público. Vamos trazer de volta os recursos do PAS, redimensionar o sistema, através da implantação do Programa de Saúde da Família, com equipes interprofissionais e interdisciplinares.

Vamos reestruturar o sistema dando força às Unidades Básicas de Saúde, que respondem por 85% da demanda, com a implantação do programa de saúde da família, para integrar os serviços primários (unidades básicas de saúde) e secundários (hospitais e prontos-socorros), dentro das Subprefeituras. Buscaremos, ainda, a integração com o nível terciário, o de alta complexidade, por meio de entendimentos com o governo estadual e instituições privadas. Estarão, ainda, fazendo parte deste sistema, as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental. Também vamos implantar a distribuição gratuita de medicamentos, sobretudo os de uso continuado.

4. Propostas de Herval Ribeiro, Josefina Salum e Evelin Nakedi. São todas idéias que estão embutidas nas diretrizes gerais para a Saúde, publicadas na nossa Carta-Compromisso.

Habitação

1. Política habitacional. Vamos estimular o processo de urbanização de favelas, reverter a ociosidade dos imóveis vazios, especialmente os do centro da cidade; rever o Código de Obras, adequando-o ao novo desenho de ocupação urbana e agilizando a aprovação de plan-

tas; ampliar a fiscalização e coibir a comercialização dos loteamentos clandestinos; promover formas negociadas para resolver conflitos fundiários; regularizar a posse das unidades habitacionais construídas em mutirão; definir um plano de pagamento dos conjuntos habitacionais construídos em mutirão, compatível com o nível de renda das famílias e fazer gestões junto à Caixa Econômica Federal no sentido de rever as prestações dos conjuntos da Cohab, compatibilizando-as com a renda familiar dos mutuários, contribuindo assim para diminuir a inadimplência. Fazer o mesmo em relação ao Cingapura e aos contratos com o Banco Mundial.

2. Revitalização do Centro. Temos um projeto de reurbanização do Centro Antigo da cidade, iniciado quando recuperamos o Palácio das Indústrias, transferimos a sede do governo para lá e começamos a reurbanizar o Parque D. Pedro. A idéia é estender isso para o Centro Expandido e recuperar a memória, a história e a vitalidade dessa parte da cidade. Já estamos entrando em contato com o Movimento Viva o Centro e toda contribuição é bem vinda. Isso vai exigir, naturalmente, uma nova solução para o problema dos camelôs do centro da cidade. Temos que escolher uma área que não seja isolada, porque senão não haverá atrativos para os camelôs, criando um centro comercial, tipo um *Shopping Popular*. Será uma solução que não signifique simplesmente reprimir, tirando das ruas os camelôs, sem dar a eles uma alternativa de trabalho, o que pode significar o aumento da marginalidade e, conseqüentemente, da pobreza e, em razão disso, da própria criminalidade.

3. Ocupações em áreas de mananciais. Nossa ação na proteção dos mananciais prevê mais rigor na fiscalização e controle da ocupação dessas áreas. Vamos congelar as áreas ocupadas, criando um tratamento de esgoto para as áreas ocupadas, dotando-as de saneamento básico e serviços públicos como creches, escolas, água, iluminação e posto de saúde.

Vamos estabelecer, por meio do Plano Diretor Metropolitano, diretrizes junto aos municípios circunvizinhos com vistas à gestão integrada de recursos para empreendimentos ligados aos recursos hídricos e para a preservação das áreas de proteção dos mananciais. Dos 3.567 loteamentos existentes em 1981, 161 localizavam-se em área de proteção aos mananciais, proporção que

vem aumentando e pode comprometer a já escassa oferta de água. São Paulo importa 50% da água que consome, parte dela captada a mais de 100 km de distância, o que encarece demais seu custo para o governo e a população.

Transporte Coletivo

2. a) Planos Diretor e de Transportes, b) descentralização c) prioridade imediata para o transporte coletivo, d) ampliação das linhas do metrô. Sim para todas as alternativas. Todas as propostas acima relacionadas constam do nosso plano de governo implícita ou explicitamente.

3. Investimento na Companhia do Metropolitano. Fazendo parcerias com o governo do Estado e com a Companhia Metropolitana de São Paulo para a edificação das estações do metrô e mesmo no financiamento da construção das linhas.

4. Interferência da população na definição de linhas. Durante nossa gestão na Prefeitura o Movimento dos Transportes, com participação ativa da comunidade, definia as linhas e horários dos ônibus. O projeto Comissão Tarifária estabelecerá uma comissão composta por representantes dos usuários, empresários e sociedade civil.

Poluição Atmosférica

1. Planejamento de médio e longo prazos. Concordamos. Vamos evitar a degradação do meio ambiente, combinando ações de regulamentação, proteção, fiscalização e sanções. Consideramos que um plano para São Paulo não pode ser pensado para apenas 4 anos mas para longo prazo, no mínimo 10 anos.

2. Concorda que a política de transportes deve ser integrada e metropolitana e com a urgência na construção do Anel Viário? Sim.

3. Inversão de prioridades e orçamento participativo. Precisamos fazer uma forte intervenção para melhorar o trânsito e o transporte na cidade com intervenções que supõem uma ação articulada com o governo do Estado. A Prefeitura no nosso governo vai participar do custeio não só do Rodoanel, mas também da expansão das linhas de metrô. Também pensamos no aproveitamento da rede ferroviária ociosa da cidade. Muitas das ações também serão definidas no nível das Subprefeituras,

onde os conselhos de representantes definirão quais são as prioridades para as regiões. No caso do Rodoanel, que é uma obra importante para tirar os caminhões das marginais, a Prefeitura deve destinar recursos próprios para poder acelerar a construção da obra, que vai representar um alívio significativo ao transporte e ao trânsito da cidade de São Paulo.

4. Aumento da frota de ônibus, frota a gás, fechamento do Centro, transporte pago pelo IPTU. São todas propostas que estão embutidas nas idéias-base da nossa Carta-Compromisso para o setor.

Emprego e Desenvolvimento

1. A política econômica e a taxa de juros exercem maior influência sobre o emprego do que as políticas municipais? Sim, concordo e aqui está outra idéia-força da nossa Carta-Compromisso. São Paulo tem um porte econômico e não pode simplesmente ficar administrando os efeitos da política econômica definida em outra esfera de governo. Além de exercer pressão política, vamos desenvolver uma Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável para a cidade. Estamos construindo uma proposta de reforma tributária no âmbito municipal, no sentido de estimular investimentos privados internos e externos e defender a cidade da guerra fiscal que já ocorre em detrimento da Capital.

2. Propostas de Maria Cristina Cacciamali. Considero viáveis. O social para nós é prioridade. Desde a destinação do montante de recursos orçamentários até a busca de novas formas de financiamento, através de empréstimos do BNDES e do BID.

Segurança

1. Policiamento comunitário. A questão da segurança é outra das idéias-força da nossa Carta-Compromisso. Não aceitamos o fato de que o município não tenha nada a ver com a Segurança Pública, porque o fato criminoso, a violência, a criminalidade, a marginalidade se dá na cidade. Mais que isso, se dá no bairro, na região. Então, estou defendendo a municipalização da segurança pública. O que é isso? Já entrei com proposta na Câmara Federal que vai permitir que cidades com mais de 500 mil habitantes possam gerenciar a segurança pública, que hoje está sob o comando do governo do Estado. E por que eu entendo que no município a segurança te-

ria mais eficácia? Porque estará sob o controle direto da sociedade, através dos Conselhos de Segurança e da própria sociedade.

2. Controle da violência juvenil. As crianças e adolescentes formam o grupo social mais desfavorecido da sociedade. Ao contrário do que se pensa, eles ficam atrás dos adultos e idosos no acesso aos serviços públicos. Por isso, nossa preocupação será total nessa área e contemplará as propostas dos professores. As nossas diretrizes devem instalar e divulgar canais especiais para orientar as mães sobre o pré-natal; fortalecer e ampliar os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente; combater o trabalho infantil; criar programas de assistência às crianças e adolescentes de rua e na rua; promover a capacitação profissional de jovens carentes; estimular a participação comunitária na educação das crianças de rua e na rua e valorizar o trabalho do educador de rua.

3. Guarda Civil Metropolitana. A GCM tem a função de guarda dos equipamentos municipais, das escolas, dos parques e das praças, como está previsto na Constituição Federal. Imaginar que a GCM possa assumir função de polícia é criar uma terceira polícia, que vai ampliar a margem de conflito que já existe entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. A violência e a criminalidade se dão nos bairros, nas favelas. Com a descentralização da gestão da cidade, também as políticas setoriais estarão descentralizadas, inclusive a política de segurança pública, com conselhos regionais de segurança pública, e o conselho municipal de segurança pública.

4. Ações conjuntas. Toda ação da Prefeitura deve ser no sentido de envolver um número maior de agentes, através da articulação política com os vários níveis de poder e com a sociedade civil organizada.

5. Redução da violência contra grupos específicos. Não haverá solução para o problema da segurança pública, ou seja da violência, se não houver a participação, o controle e o envolvimento da sociedade no combate ao crime e à violência, bem como às causas do crime e da violência, que são causas sociais. Os Conselhos de Segurança e também do policiamento comunitário podem exercer essa função. Ao mesmo tempo, vamos investir fortemente nas regiões mais pobres com escolas, espaços de lazer, áreas culturais, casas de cultura e centros esportivos, atividades que absorvam e envol-

vam as pessoas nas horas de lazer. Vamos atacar as causas investindo em emprego e geração de renda, e fazer o combate ao crime e à marginalidade com a municipalização da segurança pública.

Educação

1. Aplicação dos 30%. Sim, os 30% da educação são sagrados e se possível investiremos até mais, para garantir uma política de educação que corresponda ao momento, à mudança de vocação econômica da cidade, a um novo estágio que o desenvolvimento de São Paulo apresenta hoje.

2. Municipalização do ensino. Não faremos a municipalização se ela vier trazer algum prejuízo às crianças e famílias, que é o que tem acontecido. O governo do Estado tem imposto verticalmente a reforma do ensino, comprometendo o seu mérito. Toda municipalização, enquanto princípio, é correta. Porém, dependendo de como se faça isso, em que ritmo, pode ser prejudicial. Só se pode tomar uma decisão se for consenso, um acordo entre educadores, famílias e poder público. Qualquer mudança, por mais genial que seja, termina não vingando porque não atinge os objetivos a que se propõe. Não faremos nenhuma municipalização sem o devido equacionamento, levando em conta o principal objeto da educação, que é o aluno e sua família.

4. Alfabetização de adultos. A educação de adultos será retomada, a exemplo do MOVA, de alfabetização de jovens e adultos. Em parceria com as comunidades, vamos atender as necessidades daqueles que não tiveram oportunidade de estudar no período regular, como já foi feito na nossa primeira gestão à frente da Prefeitura.

5. Salário dos professores. Sim, os professores têm que trabalhar satisfeitos, bem remunerados e bem preparados, tendo acesso a cursos de capacitação continuada.

6. Ampliação de vagas de qualidade. Vamos ampliar a rede a partir de um aproveitamento de sua capacidade ociosa, realocando os espaços e os recursos humanos, valorizando o professor, inclusive com o adicional de distância, como tínhamos na nossa gestão anterior. Vamos expandir a rede onde ela é deficitária e ocupá-la adequadamente. E vamos abrir as escolas para a comunidade, para que elas sejam realmente um equipamento público à disposição da comunidade.